

---

# ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO BRASIL: UM ESTUDO DA QUESTÃO DE 1999 À 2002

---

*LITERACY AND LETTERING IN BRAZIL: A STUDY OF THE 1999 TO 2002 ISSUE*

Jose Ferreira Lopes Neto 1  
Rosângela do Nascimento Costa 2

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar os conceitos de alfabetização e letramento a partir do viés histórico e dos possíveis resultados já publicados sobre os indicadores nacionais, construindo assim um estado da questão que permita um olhar crítico sobre a situação atual do Brasil frente a realidades também históricas como o analfabetismo. O problema proposto foi analisar se os indicadores nacionais apontam para uma melhora expressiva do quadro de analfabetos funcionais no país. A hipótese padrão desse estudo é considerar se existem estudos em quantidade que possam indicar tanto uma noção clara entre os profissionais do ensino sobre os dois conceitos propostos para este estudo e se tais estudos apontam para uma relação entre esse possível desconhecimento e os índices educacionais registrados no último século. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório com estado da questão. Espera-se com este estudo, aprofundar de maneira profícua o tema reunindo estudos que elucidem minha prática educacional e a de outrem que entrar em contato com este estudo.

**Palavras-chave:** Educação. Alfabetização. Letramento. Analfabetismo. Indicadores nacionais.

## ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the concepts of literacy and literacy from the historical point of view and the possible results already published on national indicators, thus building a state of the question that allows a critical look at the current situation in Brazil in the face of also historical realities such as illiteracy. The proposed problem was to analyze whether the national indicators point to a significant improvement in the number of functional illiterates in the country. The standard hypothesis of this study is to consider whether there are quantity studies that can indicate both a clear notion among teaching professionals about the two concepts proposed for this study and whether such studies point to a relationship between this possible lack of knowledge and the educational indexes recorded in the last century. It is an exploratory bibliographic research with state of the matter. This study is expected to profoundly deepen the theme by bringing together studies that clarify my educational practice and that of others who come into contact with this study.

**Key-words:** Education. Literacy. Literacy. Illiteracy. National indicators.

## INTRODUÇÃO

Os caminhos e perspectivas da alfabetização e das questões ligadas ao letramento no Brasil, tem raízes profundas e se for para usar uma linguagem poética, amargas também. A trajetória da alfabetização no país caminhou desde o seu “descobrimto” a passos lentos até se tornar pública e gratuita. Daí a atingir um patamar de qualidade, outros quinhentos anos talvez sejam necessários.

A educação que aí está ainda insiste em rotular e escolher os melhores e os piores, de modo que, de um lado, os índices educacionais melhoram, mas não se expandem e do outro, não se expandindo, dificilmente conseguem gerar cidadãos livres, autônomos e conscientes.

Com tantas proposições, e uma aparente confusão entre alfabetização e letramento chega-se aos resultados não tão satisfatórios no final do século XX; tanta incerteza acabou por desestruturar e confundir a escolha de métodos e teorias que dessem suporte ao processo de aquisição da linguagem oral e escrita. Contudo não é de se estranhar a constante reprodução de alfabetizados funcionais que escrevem, mas que nada interagem com o meio social em que vivem.

Para discutir estas e outras questões no entorno dos temas alfabetização e letramento, apresentamos o presente artigo e esperamos com ele ampliar o debate em torno desses temas.

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (2006), graduação em Letras pela Universidade Estadual de Goiás (2011) e graduação em Pedagogia pela FALBE - Faculdade Albert Einstein Acadêmico do curso de Ciências Biológicas da da UNEC - Centro Universitário de Caratinga. Especialista em Língua Portuguesa pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Especialista em Educação para as Ciências e Humanidades pela Universidade Estadual de Goiás e Especialista em Educação Ambiental pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Atua na educação desde 2003 e nesse percurso realizou inúmeras capacitações na área da educação. Possui sólida experiência e Formação acadêmica, requisitos básicos para uma significativa atuação profissional (zezinhoflopinho@hotmail.com).

<sup>2</sup> (Orientadora) Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual de Goiás (1998). Professora efetiva da Rede Estadual de Ensino desde 1993. Atua como docente no Colégio Estadual Juscelino Kubitschek e na Universidade Estadual de Goiás - UnU Quirinópolis. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Textual, Língua Portuguesa, Fonética e Fonologia. Atua principalmente nos seguintes temas: adolescente., ensino de língua portuguesa, produção de conhecimentos, desenvolvimento e mudanças no modo de avaliar. Possui Mestrado em Estudos Linguísticos, pela Universidade Federal de Goiás. A pesquisa teve como tema: Impactos da avaliação diagnóstica nas aulas de língua portuguesa das escolas de Quirinópolis - Goiás. Atualmente participa de um grupo de pesquisa (FORPROLL), cadastrado no CNPQ voltado para a formação de professores de Línguas e Literaturas (rosangelancosta@hotmail.com).

# 1 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO SOB O OLHAR HISTÓRICO-CRÍTICO

A história da alfabetização e do letramento no Brasil é de um todo complexa e ampla demais para se buscar situação em um breve artigo de revisão, no entanto, situá-la torna-se aqui essencial para a compreensão e tratativa proposta nesse estudo.

“Pátria Educadora”, essa é a expressão que permeia em todos os meios de comunicação vinculados ao Governo Federal e de certa forma desencadeia uma infinidade de reflexões que nos remetem à trajetória percorrida pela educação e especificamente pela alfabetização no Brasil. O processo de alfabetização e letramento brasileiro tem suas raízes na colonização e partindo desse ponto, percorreu vastos caminhos e dimensões pelos quais foram desenhados moldes e reproduzidas ideologias que ampliaram; mesmo a muito custo, os horizontes da educação no Brasil.

Iniciada sob a responsabilidade dos jesuítas e com uma perspectiva libertadora, a alfabetização brasileira foi, durante muito tempo, um restrito ato de ensinar a falar, contar e escrever o português de Portugal. Anos se passaram, e até o século XIX o ensino ainda possuía os mesmos moldes da colonização; restrita, machista e excludente como sempre. A era Vargas aparece como um divisor de águas no sentido de desatar esses nós que cunhavam a educação brasileira e sua ponte; a alfabetização.

A forma como alfabetizamos no Brasil tem sofrido grandes transformações ao longo de sua trajetória passando por crescente melhora. De acordo com Carvalho e Mendonça (2006, p.15) “o primeiro censo nacional de 1872, demonstrou que naquele ano o índice de alfabetização era de apenas 17,7% entre pessoas de cinco anos ou mais” esses índices foram aumentando com o decorrer do tempo progredindo até chegar aos indicativos atuais.

Desde o final do Século XIX, a dificuldade das crianças em aprender a ler e escrever, em especial nas escolas públicas, levantaram debates e reflexões que deram origem a métodos de alfabetização que viessem amenizar esses problemas de forma a tornar a alfabetização um processo bem mais eficaz e acessível. Com a Proclamação da República o processo de aprendizagem de leitura e escrita ganharam mais forças.

Porém, no final do século XIX e início do século XX as práticas de leitura e escrita ainda perfaziam apenas o os anseios das grandes famílias e seus progenitores que na época eram reconhecidos como os futuros barões do Brasil, conforme afirma Conceição:

Até o final do império, as “aulas régias” ofereciam condições precárias de funcionamento e o ensino dependia muito do empenho dos professores e dos alunos. Para a iniciação do ensino da leitura eram utilizadas as chamadas “cartas de ABC” e os métodos de marcha sintética, ou método sintético (da “parte” para o “todo”); da soletração, partindo dos nomes das letras; fônico (partindo dos sons correspondentes às letras); e da silabação (emissão de sons), partindo das sílabas (CONCEIÇÃO, 2011, s.d.).

O método analítico foi instituído na primeira década da República no Brasil e orientava que o ensino da leitura deveria partir de meios concretos, onde fosse de início analisado um todo e posteriormente palavras isoladas.

Anísio Teixeira ressalta uma pequena evolução reconhecida logo após o período pós - primeira guerra mundial, assinalando que: "Surge, então, uma corrente de opinião a pleitear, não a educação popular ainda por desenvolver, mas a simples e pura alfabetização do povo brasileiro" (1954, p. 13). Já que os brasileiros não podiam ter escolas como as estrangeiras, que tivessem uma simples e pura alfabetização, era esse o argumento das décadas de 20 e 30.

Sendo assim, é no final da década de 1920, que o termo “alfabetização” começa a ser utilizado para se referir ao ensino inicial da leitura e da escrita. Conceição coloca ainda que:

[...] mistos ou ecléticos, chamados de analítico - sintético, ou vice-versa. Esses métodos se estendem até aproximadamente o final da década de 1970”. Já no início da década de 1980, foi introduzido no Brasil, o pensamento construtivista de alfabetização, fruto das pesquisas de Emília Ferreiro e Ana Teberosky sobre a Psicogênese da Língua Escrita. O Construtivismo não se constitui como um método, mas sim como uma desmetodização em que na verdade, propõe-se uma nova forma de ver a alfabetização, como um mecanismo processual e construtivo com etapas sucessivas e hipotéticas (CONCEIÇÃO, 2011, s.d.).

Segundo Conceição (2011, s.d.) é a partir daí que se observa o grande contingente de pessoas que leem, mas não conseguem interpretar o mundo à sua volta. Surge então o termo “letramento”. Estar letrado seria então, a capacidade de ler, e escrever e fazendo uso desses conhecimentos em situações reais do dia-a-dia.

As propostas curriculares da década de 1980, incorporam o construtivismo, o interacionismo linguístico e o letramento complementarmente; nesse sentido e mais especificamente à partir de 1986, há aí uma desmetodização do processo e uma maior ênfase no aprendiz, nesse sentido a criança elabora hipóteses e pode construir o seu próprio conhecimento. Semelhante processo de incorporação se verificou, na década de 1990, com a reorganização e a centralização, em nível federal, de políticas públicas para a educação e a alfabetização.

É com a publicação, em 1997, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que com maior ou menor grau de intensidade e explicitação vem lançar dúvidas e questionamentos decorrentes da ausência de uma didática de base construtivista. Esses modelos foram anexados nos moldes de alfabetização que deveriam ser no mínimo levados em consideração nas instituições de ensino. Tal fato predomina sobre as bases curriculares até os dias de hoje.

Partindo de esforços e inúmeras pesquisas a alfabetização foi evoluindo e ganhando afluentes onde a criança tem a possibilidade e o direito de se apropriar da linguagem escrita por meio de diferentes processos uma vez que não existem métodos de alfabetizar e letrar. Esse processo exige cautela e um grande aproveitamento da vida e dos conhecimentos que a criança já possui.

Na contemporaneidade aceita-se que alfabetizar letrando é de fundamental importância, pois garante uma aprendizagem muito mais significativa, afinal como afirma Conceição:

Alfabetizar letrando ou letrar alfabetizando pela integração e pela articulação das várias facetas do processo de aprendizagem inicial da língua escrita é sem dúvida o caminho para superação dos problemas que vimos enfrentando nessa etapa da escolarização; descaminhos serão tentativas de voltar a privilegiar esta ou aquela faceta como se fez no passado, como se faz hoje, sempre resultando no reiterado fracasso da escola brasileira em dar às crianças acesso efetivo ao mundo da escrita (CONCEIÇÃO, 2011, s.d.).

Na atualidade, vive-se em meio a uma crise de modelos e os métodos de abordagem tradicional e/ou tecnicista em meio ao processo educativo pelo fato de grande parcela dos professores apresentar um desempenho fraco. No entanto não se pode negar que não há um método eficaz que garanta sucesso no processo na aquisição da linguagem escrita e sua eficácia como alicerce na vida social do indivíduo. Outros já defendem a posição de que alguns desses modelos já não dão conta do contexto atual e o Construtivismo, que afirma “que as estruturas do conhecimento e da aprendizagem são construídas pelo sujeito mediante sua ação sobre o meio físico e social” (BECKER, 2011 p. 14).

Passando a seguir à conceituação dos dois descritores desta pesquisa, abordar-se-á justamente esta última dimensão citada no afã de se compreender as relações entre ensino e construção social.

## 2 CONCEITUAR É PRECISO

Conforme se buscou elucidar no tópico anterior, a alfabetização e o letramento constituem momentos distintos dos processos educacionais brasileiros das últimas décadas.

Dessa forma, torna-se necessário agora elucidar qual a conotação e a denotação desses dois conceitos, de modo a situar nos autores a que se quer investigar uma possível relação entre conceito, prática e índices educacionais dentro do período proposto.

Dentro desta contextualização, é possível constatar que um conceito básico para a alfabetização é de que ela é um processo que leva a apreensão inicial e definitiva da leitura e escrita. Ou

seja, alfabetizada é aquela pessoa que domina habilidades básicas para fazer uso da leitura e escrita (SOARES, 2005).

Para Costa Val (2006, p. 19),

Pode-se definir alfabetização como o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitem ao aluno ler e escrever com autonomia. Noutras palavras, alfabetização diz respeito à compreensão e ao domínio do chamado “código” escrito, que se organiza em torno de relações entre a pauta sonora da fala e as letras (e outras convenções) usadas para representá-la, a pauta, na escrita.

Nesse sentido, a alfabetização não possui receita pronta em relação ao método, pois a forma de aprendizagem de uma criança pode ser diferente da outra. O método aplicado em uma turma pode não ter o mesmo resultado em outra. É importante lembrar que cada criança é um sujeito ímpar.

Partindo das individualidades do ser, entende-se que o processo de aquisição da leitura e escrita é crucial na formação do aluno como indivíduo, incluindo ou excluindo o mesmo da sociedade seletiva da atualidade. Nesse sentido, Ramos (1953, p. 102) afirma que:

Enfim consegui familiarizar-me com as letras quase todas. Aí me exibiram outras vinte e cinco, diferentes da primeira e com os mesmos nomes delas. Atordoamento, preguiça, desespero, vontade de acabar-me. Veio terceiro alfabeto, veio quarto, e a confusão se estabeleceu, um horror de quiproquós. Quatro sinais com uma só denominação. Se me habituasse às maiúsculas, deixando as minúsculas para mais tarde, talvez não me embrutecesse. Jogaram-me simultaneamente maldades grandes e pequenas, impressas e manuscritas.

Nesse mesmo olhar, há que se considerar a criança como um ser pensante, que já traz conhecimento prévio, assim, é necessário lhe dar condições de ser autônoma, de forma que resolva seus problemas e não encontre respostas prontas. Assim, a criança deve ter liberdade para interagir com seus colegas e com seu professor, trocando pontos de vistas, confrontando opiniões, tomando decisões próprias e deve ter autonomia para interagir com o objeto de seu conhecimento.

Nesse sentido, Ferreiro (1991, p. 9) afirma que:

Tradicionalmente, a alfabetização inicial é considerada em função da relação entre o método utilizado e o estado de ‘maturidade’ ou de ‘prontidão’ da criança. Os dois polos do processo de aprendizagem (quem ensina e quem aprende) têm sido caracterizado sem que leve em conta o terceiro elemento da relação: a natureza do objeto de conhecimento envolvendo esta aprendizagem.

Desse modo, é possível refletir sobre o fato de que a alfabetização é um processo de ensino aprendizagem, que tem como objetivo levar à pessoa a aprendizagem inicial da leitura e escrita. Sendo assim, a pessoa alfabetizada é aquela que aprendeu habilidades básicas para fazer uso da leitura e da escrita.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs):

A compreensão atual da relação entre a aquisição das capacidades de redigir e grafar rompe com a crença arraigada de que o domínio do bê-á-bá seja pré-requisito para o início do ensino de língua e nos mostra que esses dois processos de aprendizagem podem e devem ocorrer de forma simultânea. Um diz respeito à aprendizagem de um conhecimento de natureza notacional: a escrita alfabética; o outro se refere à aprendizagem da linguagem que se usa para escrever (BRASIL, 1996, p. 22).

Pensar na alfabetização no Brasil é algo que vai além das perspectivas do sistema educacional brasileiro, o qual ainda trata todos com certa similaridade, privando-os da reflexão acerca de suas próprias preferências dentro da realidade em que vivem.

Segundo Soares (2005), alfabetização mostra-se como uma técnica específica e fundamental de aquisição do sistema de escrita, de domínio do código alfabético e ortográfico, de acordo com as convenções gramaticais da língua, possibilitando ao indivíduo autonomia para ler e escrever. Não se pode negar que em nossa sociedade o domínio da língua é essencial e que seus processos devem estar bem estruturados para que o indivíduo consiga assimilar e manter esse domínio de forma progressiva no sentido de aprimorar ainda mais seus conhecimentos. Tomemos como base algumas teorias que alicerçam o processo educativo fazendo algumas reflexões acerca de seus ideais.

Apesar de claro o conceito de alfabetização, nem sempre são tão claros os processos de alfabetizar crianças e adultos no Brasil, dado que o analfabetismo, portanto, emergiu de maneira progressiva. Isso significa que os estudos das últimas décadas apontam para um sistema de ensino que institucionaliza mas não educa, no sentido de emancipar o indivíduo para as conquistas no campo financeiro e cultural de se tornar um indivíduo autônomo nos aspectos social, político e econômico conforme se lê a seguir.

Sabe-se que cerca de 70% dos brasileiros são analfabetos [...]. Ser analfabeto, entretanto, não significa ser incapaz. O discernimento não está subordinado à circunstância de saber ler e escrever [...]. O analfabeto é um cidadão brasileiro para todos os efeitos. Paga impostos, é convocado para o serviço militar, é chefe de família, pertence a partidos políticos, integra associações de classe, participa de campanhas eleitorais, é proprietário, é agricultor, é industrial. Mas há uma discriminação injusta: não pode ser eleitor [...]. O analfabeto tem os ônus da cidadania. Não pode ter, todavia, uma de suas prerrogativas ou faculdades essenciais, o que, mais do que injusto, é iníquo e odioso (RODRIGUES, 1965, p. 6-7).

Desse modo, passar pela escola, não é o mesmo que construir, moldar e lapidar caráter, senso ético, responsabilidade e o mais grave, não garante a formação de indivíduos proativos, empreendedores e de liderança, o que emperra todo o desenvolvimento humano e social.

Agora, na busca de uma compreensão maior da questão tratada, há que se situar o conceito de letramento. Para Mota (2007, p. 119) a palavra letramento foi teve sua incorporação ao vocabulário educacional brasileiro muito recentemente, dada a necessidade de se diferenciá-lo enquanto conceito em relação ao conceito e prática da alfabetização.

Ser alfabetizado não garante que se seja letrado, assim como é possível encontrarmos sujeitos com certo grau de letramento, aqueles, por exemplo, capazes de utilizar a escrita em diversos contextos, sem que sejam alfabetizados. [...] O MOBREAL, por exemplo, campanha que visava alfabetizar milhares de adultos brasileiros, falhou em tornar nossa população mais letrada. Muitos dos adultos que aprenderam os rudimentos da leitura e escrita através destas campanhas, um ano mais tarde já não sabe (MOTA, 2007, p. 119).

Nesse sentido, Soares (2004) ressalta que o letramento constitui em sua prática na participação em eventos variados de leitura e de escrita, e o conseqüente desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, e de atitudes positivas em relação a essas práticas; por sua vez, a práxis do letramento forma a habilidade de o indivíduo dito letrado, se colocar em diferentes meios com condições pessoais reais de se sobressair.

Ainda para Soares (2002), a práxis do letramento envolve a condição de ser letrado, isto é, habilidades e competências próprias de quem exerce a função de ser letrado, que permitem que estes indivíduos se insiram em uma sociedade letrada, de modo que o contato com a língua escrita causa modificações cognitivas e sociais no indivíduo.

Desse modo, Mota completa que:

[...] a discussão sobre a função social da escola não se resume à discussão das mudanças sociais possíveis ou desejadas, mas diz respeito também às opções no exercício profissional dos educadores. Assim, não pretendemos reduzir a questão dos problemas de aprendizagem à reabilitação cognitiva, mas deixá-la de lado é ignorar um corpo de evidência que mostra a sua eficácia.

Fica assim evidenciada a função específica do letramento que é o pleno desenvolvimento do indivíduo, de modo a torná-lo capaz de interagir como pessoa, cidadão e indivíduo.

Considerando que letramento designa o estado ou condição em que vivem e interagem indivíduos ou grupos sociais letrados, pode-se supor que as tecnologias de escrita, instrumentos das práticas sociais de leitura e de escrita, desempenham um papel de organização e reorganização desse estado ou condição (SOARES, 2002, p. 148).

Por fim, nota-se que o que fora proposto neste tópico, fora construído. Referenciou-se aqui os conceitos de alfabetização e letramento no sentido de relacionar tais temas com nossa necessidade de

compreensão de seus efeitos na constituição de nossa nacionalidade. Passa-se a seguir à discussão do estado da questão, situando os indicadores nacionais frente às demandas até aqui expostas.

### 3 A CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO DA QUESTÃO

Dentro das informações que são diariamente produzidas, mas nem sempre lidas, o estudo da questão ou da arte surge como recurso metodológico de aprofundamento sobre o que se quer depois aprofundar.

De acordo com Reimer (2012) o estudo da questão seria uma espécie de revisão bibliográfica de modo a verificar como outros pesquisadores e teóricos abordaram o tema. O estado da questão deve ser descrito seguindo um padrão cronológico, de tendências ou linhas teóricas. Desse modo, é necessário expor a seguir as informações encontradas dando-lhes a abrangência necessária ao contexto proposto.

Nesse contexto, fora feita uma pesquisa no mecanismo de busca denominado Google, utilizando a palavra raiz Scielo (base de artigos científicos) mais as palavras “alfabetização e letramento”, nesta ordem, de modo que em seguida, inicialmente, o mecanismo apontou para mais de cem artigos, cujos resumos e títulos foram analisados, de modo que quatro atendiam ao foco desse estado da questão que é localizar informações de estudos sobre os problemas relacionados à alfabetização e ao letramento no Brasil do século XXI.

De tudo o que foi lido e analisado nesses artigos, reuniu-se um escopo de informações que permitiram compor a seguinte perspectiva que passo a descrever.

Parece já ter virado clichê nas conversas sobre alfabetização e letramento ouvir de pedagogos, orientadores educacionais e coordenadores pedagógicos, bem como por psicólogos, psicopedagogos e fonoaudiólogos as afirmações catalogadas por Assolini e Tfouni:

'Os alunos desta classe são iletrados, precisam ser alfabetizados com urgência'; 'A coordenadora pedagógica disse que o mais importante é que a criança seja letrada, não precisa saber tabuada, mas tem que saber ler corretamente'; 'O letramento é a salvação da lavoura, porque se o aluno for letrado ele saberá interpretar um texto; vai escrever muito, vai entender Matemática, Ciências, tudo, etc.' (ASSOLINI; TFOUNI, 1999, p. 25).

No artigo dessas duas pesquisadoras, sobre “Os (des)caminhos da alfabetização, do letramento e da leitura” permite compor um aprofundamento sobre estas e outras questões no campo da alfabetização e do letramento em diferentes níveis de ensino.

O estudo feito por Assolini e Tfouni (1999, p. 27) compreendeu entrevistas com trinta professores efetivos da primeira série do ensino fundamental, a fim de verificar como tais professores entendiam os conceitos de alfabetização e letramento.

Dentro da observação dos resultados catalogados com esta pesquisa, as autoras verificaram que "Algumas crianças, principalmente aquelas que vêm de família melhor financeiramente, chegam à escola letradas" (1999, p. 26).

Observaram ainda que a concepção que os professores que responderam à pesquisa, fora pelas pesquisadoras classificado como tradicional. Ressaltam ainda as pesquisadoras que "as crianças eram submetidas a intermináveis sessões de treino e repetição (tanto oral quanto escrita) de palavras e frases absolutamente descontextualizadas e artificiais" (ASSOLINI; TFOUNI, 1999, p. 28).

Notou-se ainda que no estudo de Assolini e Tfouni (1999, p. 27) as professoras pesquisadas considera, que os alunos são letrados porque eles conhecem o que é tecnologia, um erro crasso. Outro erro apontado, diz respeito à falsa relação entre ser letrado e ser alfabetizado: "Ser letrado é ser alfabetizado, e bem alfabetizado, o que permite ao aluno ter habilidades para escrever muito bem, se virar em qualquer assunto que a gente trabalhe em classe" (ASSOLINI; TFOUNI, 1999, p. 27).

O último erro apontado por Assolini e Tfouni que a meu ver deve ser destacado é da pseudo relação entre ser letrado é saber ler:

Eu acho que letrado é o aluno que lê, que sabe escrever e sabe falar também. Agora, como essas crianças não querem nada e como não gostam de ler, eu acho que elas são iletradas. Aliás, o Brasil é um país iletrado, pois as pessoas praticamente não sabem ler nem escrever (ASSOLINI; TFOUNI, 1999, p. 28).

Finalizando esta primeira análise, nota-se que o estudo destacado aponta para um completo desconhecimento dos professores da escola em questão, o que indutivamente pode ser apontado em

outras localidades do país. Outros dois artigos a serem destacados, são sobre o estudo proposto por Vera Ribeiro (2001; 2002).

Inicialmente no estudo intitulado “Questões em torno da construção de indicadores de analfabetismo e letramento” a pesquisadora aponta que:

O entusiasmo com relação ao potencial da alfabetização na promoção do desenvolvimento econômico e social, que tinha suas bases também na produção sociológica das décadas de 1950, 1960 e 1970, passou a ser fortemente criticado nos meios acadêmicos a partir da década de 1980 (RIBEIRO, 2001, p. 287).

Tal crítica é para a pesquisadora uma tomada de consciência de toda a situação ligada ao pederastismo iletrado do país que pode se traduzir no simples fato de que talvez os professores no passo recente não tinham muito claro o que estava ensinando, nem como, nem porquê.

No estudo encomendado pela Unesco de Magda Soares (1998) apontado por Ribeiro (2001, p. 287), Soares identifica:

[...] como problema central a impossibilidade de se contar com uma definição precisa de letramento, que permita estabelecer uma linha divisória universalmente válida entre essa condição e a do analfabetismo. Analisa, na sequência, como o problema se concretiza em diferentes estratégias de medição: os censos populacionais, as avaliações do desempenho de alunos em diferentes níveis do sistema de ensino e os estudos por amostragem populacional (O grifo é meu).

Conforme o que foi levantado pelo estudo, no censo de 1980 perguntava-se se as pessoas sabiam ler e escrever um bilhete simples e, no ano de 2000, simplesmente se sabiam ler e escrever.

De acordo com um estudo de 2001 feito pelo IBGE:

No início da década de 90, nos países avançados, a alfabetização passou a ser definida de forma mais exigente. Na América Latina, a Unesco ressalta que o processo de alfabetização somente se consolida de fato entre as pessoas que completaram a 4ª série, em razão das elevadas taxas de regressão ao analfabetismo entre os não concluintes desse ciclo de ensino (IBGE, 2001 p. 79).

Ribeiro (2001) destaca os indicadores nacionais do SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, do Enem – Exame Nacional do Ensino Médio e sem citar dados, apenas referência como difícil os processos educativos de letramento no Brasil de 1993 até aqui.

Ribeiro encerra esse seu primeiro estudo apontando que:

É certo que compreender o letramento em todas as suas dimensões é um empreendimento científico amplo, que requer múltiplos enfoques e recursos de várias disciplinas do conhecimento; nele, uma pesquisa como essa pode apenas colaborar. O que os promotores da iniciativa pretendem é que esse trabalho também sirva meio de provocar a sociedade a fim de que ela reflita sobre a própria cultura, sobre as expectativas que projeta em relação à escola, ao trabalho, aos avanços tecnológicos ou à chamada ‘sociedade do conhecimento’ (RIBEIRO, 2001, p. 298).

No estudo também encabeçado por Vera Ribeiro (2002) é possível aferir alguns resultados que podem justificar o que fora anteriormente apontado nesse estado da questão. Vale ressaltar duas falas da mesma autora. A primeira, o: “Conceito de letramento encerra, sem dúvida, um grande potencial para a reflexão sobre a educação escolar, indo além, inclusive, das questões específicas da área de Língua Portuguesa” (RIBEIRO, 2001, p. 287). E na segunda:

A definição sobre o que é analfabetismo, entretanto, vem sofrendo revisões significativas ao longo das últimas décadas, como reflexo de avanços no atendimento escolar de massa e de transformações socioeconômicas mais amplas (RIBEIRO; VÓVIO; MOURA, 2002, p. 51).

Ambas as afirmações denotam que não se trabalha com um conceito fechado de alfabetização ou de letramento, o que não implica em não haver padrões nos estudos oficiais que denotem avanços, ranços ou retrocessos na construção das múltiplas linguagens que os termos chave (Alfabetização e letramento) implicam.

Nos dados trazidos por Ribeiro et al (2002) no estudo intitulado “Letramento no Brasil: alguns resultados do indicador nacional de alfabetismo funcional”, as Taxas de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais (1920-1999) caíram de 65% de analfabetos da população para 14% em 99. Entre as pessoas com 15anos ou mais, embora a taxa seja menor, o avanço também o foi.

Na parte do artigo intitulada "Problemas teórico-metodológicos", a autora propõe uma discussão no formato de estado da arte sobre a relação entre resultados e os dois conceitos já mencionados.

Por fim, a autora propõe relatar e analisar os resultados da pesquisa, realizada pelo IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – em setembro de 2001, com uma amostra nacional com 2.000 pessoas de 15 a 64 anos.

No estudo, 31% dos pesquisados acertaram 3 a 9 itens do teste simples que consistia na leitura de uma manchete de jornal. Um segundo nível de analfabetismo refere-se aos pesquisados que sabiam ler e resolver problemas simples. No estudo, foram classificadas no nível 3 de alfabetismo as pessoas que acertaram de 16 a 20 itens do teste de leitura de textos mais longos.

A pesquisa de Ribeiro et al (2002) demonstra como os déficits educacionais resultam em desigualdades quanto ao acesso a vários bens culturais, oportunidades de trabalho e desenvolvimento pessoal que caracterizam as sociedades letradas.

As autoras finalizam o artigo indicando que:

[...]é preciso que os professores tenham uma visão mais clara sobre o papel crucial da escola na promoção do letramento das pessoas e da sociedade. A leitura e a escrita não podem ser objeto de atenção apenas dos professores alfabetizadores e de Língua Portuguesa. Como ferramenta essencial para se aprender grande parte dos conteúdos escolares e para continuar aprendendo ao longo da vida, a linguagem escrita pode ser tomada como um eixo articulador de todo o currículo da educação básica.

Por fim, abordam-se os resultados apontados por Ferraro (2002) e dentro do aspecto demográfico, Ferraro aponta que o estado ou situação e o de seu movimento ou dinâmica, além do estado da população obtidas principalmente por meio dos registros civis (de nascimentos, mortes, casamentos/separações/divórcios), tendo por objeto principalmente unidades estatísticas concretas (indivíduos, domicílios etc.). Segundo os resultados apontados no estudo:

A concepção, na melhor das hipóteses, ingênua do analfabetismo o encara ora como uma "erva daninha" – daí a expressão corrente: "erradicação do analfabetismo" –, ora como uma "enfermidade" que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma "chaga" deprimente a ser "curada" e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de "civilização" de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênua ou astuta, como a manifestação da "incapacidade" do povo, de sua "pouca inteligência", de sua "proverbial preguiça" (FREIRE, 2001, p. 15).

Expondo a questão da alfabetização e do letramento por meio dos resultados demonstrados nos Censos, Ferraro (2002) aponta que houve de fato melhora nos índices de alfabetização de 1972 a 2000, mas que não significa que os níveis de qualidade acompanhem os níveis de erradicação. De acordo com Ramos (2014), Segundo balanço da Unesco de janeiro de 2014, o Brasil encontra-se com nada menos que 13,9 milhões de analfabetos adultos, segundo levantamento feito entre 2005 e 2011. Assim o país encontra-se na 8ª posição entre os dez que concentram a maior parte (72%, no total) do número de analfabetos adultos do MUNDO, que é de 774 milhões, junto com Índia, China, Paquistão, Bangladesh, Nigéria, Etiópia, Egito, Indonésia e República Democrática do Congo.

Assim, considerando a questão do o analfabetismo e o que recentemente passou a ser nomeado com o termo "letramento", Ferraro (2002) conclui seu artigo indicando que a “área da educação poderia dar mais atenção às potencialidades, aos limites e aos métodos relacionados com o uso dos dados originados de fontes como os censos” (FERRARO, 2002, p. 44).

## CONCLUSÃO

A proposta inicial de pensar alfabetização e letramento no Brasil é por demais vasta, de modo que optou-se por aferir o tema e situar nosso discurso dentro do patamar dos efeitos das duas vertentes citadas em sua relação com o desenvolvimento de indivíduos em concomitância com os processos educacionais que levam ou não impedem que o analfabetismo seja erradicado tanto do ponto de vista da primeira vertente, quanto da segunda. Saber ler e escrever, não garante diretamente a emancipação do sujeito; é preciso adquirir leitura de mundo, de totalidade, a fim de dominar certas tecnologias que garantirão não só a subsistência, mas o desenvolvimento integral desse sujeito. Os estudos aos quais recorri, mostram uma estreita relação entre qualidade da alfabetização e do letramento e esse desenvolvimento pretendido, mas não apontam soluções para o problema.



## REFERÊNCIAS

ASSOLINI, Filomena Elaine; TFOUNI, Leda Verdiani. **Os (des)caminhos da alfabetização, do letramento e da leitura**. Paidéia (Ribeirão Preto) [online]. 1999, vol.9, n.17, pp. 25-34.

BECKER, Fernando. **O Caminho da Aprendizagem em Jean Piaget e Paulo Freire- Da ação a operação**. 2. ed. Petrópolis-RJ, Vozes. 2011

CARVALHO, Maria Angélica Freire de, e Rosa Helena Mendonça. **Prática de Leitura e Escrita**. Brasília-DF. Bárbara Bela Editora Gráfica e Papelaria. 2011

CONCEIÇÃO, Alexsandro. **Um breve histórico da alfabetização e letramento no Brasil**. Publicado em 19 e março de 2011. Disponível em: <<http://educandoeconversando.blogspot.com.br/2011/03/um-breve-historico-da-alfabetizacao-e>>. Acesso em 10 de nov de 2013.

COSTA VAL, Maria da Graça. O que é ser alfabetizado e letrado? 2004. In: CARVALHO, Maria Angélica Freire de (org.). **Práticas de Leitura e Escrita**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

FERRARO, Alceu Ravello. **Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?**. Educ. Soc. [online]. 2002, vol.23, n.81, pp. 21-47.

\_\_\_\_\_. **Reflexões Sobre a Alfabetização**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. São Paulo: Cortez, 1996.

RAMOS, Joelma de Medeiros. **Desafio da Educação: o analfabetismo no século 21**. 2014. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/56124/desafio-da-educacao-o-analfabetismo-no-seculo-21#ixzz3wb0RG9oH>>. Acesso em 10 de nov de 2014.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Questões em torno da construção de indicadores de analfabetismo e letramento**. Educ. Pesqui. [online]. 2001, vol.27, n.2, pp. 283-300.

\_\_\_\_\_; VOVIO, Cláudia Lemos; MOURA, Mayra Patrícia. **Letramento no Brasil: alguns resultados do indicador nacional de alfabetismo funcional**. Educ. Soc. [online]. 2002, vol.23, n.81, pp. 49-70.

SOARES, Magda. **Letramento e Escolarização**. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2005. 287 p.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. (Coleção Linguagem e Educação).

SOARES, Magda. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura**. Educação e Sociedade, Campinas, n.81, Dezembro 2002.

MOTA, Márcia Elia da. **Algumas considerações sobre o letramento e o desenvolvimento metalinguístico e suas implicações educacionais**. Revista Estudos e pesquisas em psicologia, v. 7, n. 3, p. 477-489, 2007.

TEIXEIRA, Anísio. **Padrões brasileiros de educação [escolar] e cultura**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.22, n.55, jul./set. 1954, p.3-22.

Enviado em: 18/08/2020.

Aceito em: 28/08/2020.